

FMI não pretende prorrogar prazo para pagamento de dívida brasileira

JOSÉ MEIRELLES PASSOS

Correspondente

WASHINGTON — A diretoria do Fundo Monetário Internacional não pretende conceder ao Brasil uma prorrogação no pagamento de US\$ 1,1 bilhão, referente aos juros e parte do principal de um empréstimo de US\$ 4,75 bilhões. Segundo um alto funcionário dessa instituição, se isso acontecesse seria a primeira vez na história do FMI.

— Caso o Fundo concordasse com um adiamento, teria de criar um mecanismo especial. Acontece que não temos uma fórmula que viabilize uma prorrogação. Essa hipótese jamais foi prevista nos regulamentos do FMI — disse a fonte que, como é costume oficial no Fundo, só deu a declaração sob o compromisso de não ser identificada.

A parcela da dívida brasileira deve ser paga no segundo semestre. Terça-feira passada, no entanto, o Ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, revelou que vem tentando conseguir um adiamento. Segundo ele, isso faz parte de uma estratégia

mais ampla para solucionar a crise da dívida externa.

Depois de uma longa reunião, ontem à tarde, a diretoria do FMI evitou comentar a pretensão do Governo brasileiro. A expectativa é de que o Ministro Bresser Pereira venha a Washington, nos próximos dez dias, para fazer um pedido formal.

A viagem ainda não foi confirmada. Mas existe, de fato, a possibilidade de Bresser reiniciar as negociações a partir do próximo dia 24, numa reunião com os banqueiros privados em Nova York. O Ministro foi convidado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para participar, entre os dias 24 e 26, naquela cidade, de uma conferência onde serão debatidas as estratégias para a solução do problema da dívida externa latino-americana.

— Ainda estamos aguardando uma resposta do Ministro Bresser, mas já temos a confirmação da vinda de dois funcionários do Banco Central, Paulo César Lage Barbosa e Antonio Carlos Monteiro — disse ao GLOBO, ontem, Joe Hinshawn, do BID.